

Evento: XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**ESCOLA, VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E OS DIREITOS HUMANOS PARA UMA
CULTURA DE PAZ¹
SCHOOL, SYMBOLIC VIOLENCE AND HUMAN RIGHTS FOR A CULTURE
OF PEACE**

Matheus Da Silva Van Der Ham², Enio Waldir Silva³

¹ Projeto de Pesquisa - Direitos Humanos na Escola e na Educação Popular - realizado na Unijuí.

² Bolsista PIBIC/CNPq, aluno do curso de Direito da UNIJUI.

³ Professor Doutor em Sociologia, orientador do Projeto de Pesquisa - Direitos Humanos na Escola e na Educação Popular - UNIJUI.

INTRODUÇÃO

A violência nas escolas já atinge proporções endêmicas. Caracterizadas por sofrimento e medo, essas angústias são vivenciadas cotidianamente em um ambiente que deveria estimular as relações humanas pacíficas, a dignidade da pessoa humana, o reconhecimento e a liberdade. Ao se ausentar da responsabilidade de discussões tão relevantes, as escolas abrem espaço para reprodução e concretização da violência.

Este trabalho busca demonstrar o quão significativo seria a inclusão de uma educação em direitos humanos nas escolas, por se tratar de uma instituição transformadora e com vasta possibilidade de atuação perante o indivíduo, podendo prevenir futuras violências e auxiliar na reparação e diminuição das já existentes.

METODOLOGIA

A realização deste trabalho está caracterizada como pesquisa bibliográfica, sendo a integralidade de suas ideias baseadas em leituras de diversos artigos e livros no decorrer dos últimos anos. Nosso objeto de estudo se configura nas realidades dos contextos escolares atuais e as possibilidades de aplicabilidade de uma educação baseada nos direitos humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os indícios de violência já se encontram estabelecidos em todos os âmbitos sociais. Não somos ensinados a saber reagir em situações de violência, encontramos-nos inseridos em uma cultura que ensina e estimula, desde a infância, a defesa através do revide. Ao entrar em um círculo vicioso, de ação e reação, a violência adquire o olhar de um mal inevitável, que não existe solução. O ambiente escolar surge como refém desse sistema que abrange gerações, onde crianças e adolescentes apenas reproduzem a realidade hostil que vivenciam. Justamente os jovens que serão os responsáveis por mudar os estilos de vida, quebrar tabus e moldar as gerações futuras. Uma cultura de paz não nasce de um dia para o outro e a escola não pode se eximir de sua responsabilidade em dar o primeiro passo nesse longo caminho, já que outros lugares se encontram dilacerados pelas estruturas sociais voltadas a outras finalidades de concorrências e

Evento: XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

conflitos.

Na contramão do que se espera, a escola tem se demonstrado cada vez mais ineficiente e incapaz de controlar as manifestações de violência, podendo ser responsabilizada, inclusive, por ser um dos agentes praticantes, demonstrando falta de preparo mesmo daqueles que deveriam dar exemplos: as próprias autoridades pedagógicas. Pois a falta de diálogo, a imposição de conteúdos e métodos, as formas de avaliação, a não observação das diferenças e igualdades reforça os elementos conflituosos e agressivos que trazem as crianças e jovens. Ao jovem, resta aceitar como normal, pois dessa forma lhe é culturalmente imposto, não abrindo margens para exercer sua autonomia e propor uma contestação dos fatos sociais.

Assim como nos mais diversos setores da sociedade, dentro do contexto escolar temos presentes diversas representações de violência, que costumam caracterizar-se das mais diferentes formas, a nível proporcional e por considerarmos indiretamente a responsável por constituir todas as demais, a violência simbólica pelo bullying merece receber o destaque. Dentre as demais formas, como agressão física, psicológica, sexual, negligências, contra o patrimônio, aparecem em muitos casos como mera reação por acúmulos de violências passadas, que foram negligenciadas quando deveriam ter sido exteriorizadas e trabalhadas em sua raiz.

Incumbe a escola diferentes deveres em sua tarefa educacional, não podendo fugir de seu papel inculcador. Sabemos que suas burocracias, métodos avaliativos e de ensino podem e devem sempre ser revistos em busca de avanços, porém, se apegar a uma conformidade institucionalizada para não trazer discussões de grande relevância para sala de aula demonstra uma falta de preparo também pelos professores, que por má instrução e falta de apoio não vem se demonstrando capazes de tornar essa violência simbólica em uma força que conserta e não destrói.

A violência pelo bullying se manifesta na falta de tolerância e empatia aos diferentes. Quando somamos as escolas mal estruturadas, falta de representações, exclusão social em um ambiente aonde não vem sendo praticado o estímulo a interação, os resultados costumam aparecer em diferentes faces. Responsável por realizar consequências emocionais imprevisíveis, o bullying acaba sendo ignorado por todos ao seu redor quando merecia ser tratado com seriedade. É a concorrência pela estima do mais forte sobre o mais fraco que pretende ver o outro fora do jogo das influências. Nesses momentos não existe diálogo, apenas o silêncio aterrorizador e o rosnado da ameaça da agressão e da dor. Também são nesses momentos que se apresentam os efeitos positivos que teríamos caso anteriormente houvessem sido trabalhados os princípios baseados em uma cultura de direitos humanos.

Os resultados decorrentes de uma violência psicológica costumam deixar marcas para sempre nos indivíduos. A vítima costuma se isolar com sentimentos de dor, intimidação, rebaixamento, humilhação, pequenas angústias que já são suficientes para provocar uma queda de autoestima descomunal, deixando-o vulnerável psicologicamente e passível de alternativas extremas. Os autores poderão se tornar adultos violentos e assediadores, pessoas completamente sem empatia. Como diz Bourdieu (1983), a violência cresce com as dobras do corpo. As marcas da violência se externam aos dois opostos, representando diferentes efeitos. A violência é um fenômeno circular,

Evento: XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

quem sofreu um dia pode praticar ou criar mecanismos agressivos para defesa, gerando mais violência e virando uma cultura.

No contexto escolar, o bullying costuma perceber suas vítimas entre os alunos que não estão enquadrados no padrão dos demais colegas. Questões físicas, raciais, de gênero, orientação sexual, passam a servir de critérios para prática de intolerância. O preconceito estrutural presente na sociedade acaba por ser reproduzido em sala de aula através de seus alunos, que buscam o enfraquecimento do outro para não impedir de fazer o que desejam no espaço do mercado de venda de imagens. Racismo, homofobia, xenofobia, machismo e diversas situações de preconceitos explícitos passam a ser legitimadas como atitudes aceitáveis, enquanto a vítima não recebe o apoio familiar e escolar e resta totalmente silenciada, em um cenário que deveria ser adverso, através de discussões e diálogo. Sobre a organização da violência psicológica nas escolas, Branco, Freire e Gonzalez (2012) dizem “Se o preconceito for vivenciado de forma continua a ponto de se tornar um conceito estruturante nesse movimento desenvolvimental, ele pode acabar se tornando típico das interações sociais e base para construções subjetivas entre professores e alunos”. (p. 34). Temos o dever de não aceitar esse cenário onde o bullying é visto como um “costume”, uma situação normalizada, onde é inútil pensar alternativas para combatê-lo, desmotivando os alunos de pedirem ajuda e os professores de intervirem por si próprios.

A relação de professor e aluno está consolidada como uma relação praticamente mecânica. O aluno, que deveria ver o professor como maior referência em sala de aula, não encontra nele alguém confiável, não se sente seguro e apto a pedir ajuda em momentos de necessidade. Devem ser trabalhadas ações para que tal confiança possa manifestar-se, partindo do professor em prol ao aluno, que em muitos casos anseia por alguém que lhe ouça. No momento que estabelecemos esta rede de confiança, tanto entre professores e alunos, como através do âmbito familiar, as violências devem naturalmente vir à tona pelo diálogo, aumentando consideravelmente a proporcionalidade de que o caso seja resolvido. Firmado um apoio bilateral (escolar e familiar), aquele que antes se via completamente sozinho, passa a encontrar alternativas.

Apesar de não faltarem estudos que demonstrem a necessidade de uma seriedade maior, o bullying vem sendo negligenciado como violência. Não visualizamos soluções efetivas sendo providenciadas, enquanto o problema vem se tornando uma bola de neve em todos os contextos sociais. Um cenário que cedesse espaço para interações e diálogos sobre respeito e tolerância não parece uma tarefa fácil em um ambiente onde impera o desrespeito, o autoritarismo dos adultos e a diversidade social, porém, necessária.

A educação em direitos humanos nas escolas aparece como a melhor alternativa na luta contra as opressões e em busca do bem estar do indivíduo. Combate a injustiças, a desigualdade e promover a liberdade é o cerne da preocupação em direitos humanos, pois ele trata da relação entre pessoas e não pessoas e coisas. Desde uma reformulação curricular até uma formação mais qualificada em direitos humanos por parte do próprio educador, Dias (2015) entende que a reformulação da escola está:

“no planejamento de ensino, a ênfase da educação em direitos humanos precisa levar em consideração conteúdos e atividades que visem

Evento: XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

desenvolver nas crianças e adolescentes atitudes, condutas e ações que fortaleçam os comportamentos cooperativos, dialógicos e participativos.”
(p. 6)

Os professores se demonstram cada vez mais ansiosos com a sua qualificação, contudo, temem sair das esferas das ciências diariamente abordadas, não abrindo espaços para nascer à necessidade de um aperfeiçoamento por parte dos mesmos no que tange os direitos humanos. Porém, ao passo que o professor está aberto a mudar, devem ser assegurados os meios que o qualificam. Quando capacitado, o professor terá o potencial necessário para contribuir na aproximação dos alunos e na luta ao silenciamento das minorias.

Dentre as necessidades de mudança, está à abordagem a cerca dos conflitos, como reagir às situações de violência, onde atualmente apresentamos métodos de resolução ineficientes a nível social. Para o contexto escolar, se demonstra ainda mais inadequado, tendo em vista que dentre os cenários sociais, é a escola que se configura como detentora de maior potencial transformador dialógico. O diálogo tem capacidade transformadora, é através dele que se garantem a superação criativa e produtiva do conflito. Devendo ser estimulada a autonomia do indivíduo, buscando extrair uma visão singular, um único ponto de vista, impossibilitando que venham a se tornar meros repetidores, sem liberdade de pensamento.

O grande desafio se encontra no diálogo, não só pelos limites formativos dos professores, mas porque as dinâmicas estruturantes das escolas não foram preparadas para essa prática e os alunos estão imersos em um mundo de muita informação e pouca comunicação. É na juventude que encontramos o momento oportuno para a incorporação de valores, adequados ou não a uma relação construtiva dentro da sociedade. Quando perdemos a oportunidade de uma emancipação pelo diálogo nos mantemos uma sociedade imediatista e conturbada.

Invertendo as funções destruidoras das violências, a escola deve reunir estas ansiedades e conflitos para serem estruturantes de uma nova disposição de luta por uma sociedade pacificada pela justiça social. É notória a importância do jovem na sociedade, sua educação está diretamente ligada com o que queremos para o nosso futuro como coletividade. Ao mesmo tempo em que estamos refém de uma falta de estrutura no âmbito escolar, também notamos certo conformismo daqueles que seriam os principais responsáveis por essa mudança, e que acabam, por diversos fatores, a negligenciar a educação dos detentores do futuro corpo social. O jovem representa uma fase de mudança, tanto para o próprio indivíduo como para a sociedade. Através do diálogo seria possível trabalhar e buscar compreender a complexidade de um adolescente, tornando a educação para direitos humanos como principal caminho para uma educação que priorize o jovem na contribuição de uma cultura de paz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os variados estudos já deixam bem evidentes a necessidade de uma reformulação na atual metodologia de ensino. A escola é apenas mais uma instituição, que assim como a família, possui grande força orientadora das ações dos indivíduos. O peso da formação social, dialógica e moral dos estudantes não podem recair apenas sobre a família, a escola deve também assumir seu

Evento: XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

protagonismo. Os direitos humanos devem estar presentes no planejamento curricular para que exista uma garantia de que essas discussões ocorram na escola. No entanto, é preciso que essa se torne uma prática vivencial no contexto, de modo, inclusive, a escola provocar as autoridades do Estado a se fazerem presente nesta discussão, pois a família também necessita ser amparada do contexto conflituoso existente na sociedade.

A escola pode ser responsável por dar os primeiros passos, afinal, é sua função ensinar e incentivar as relações pacíficas, a dignidade da pessoa, o reconhecimento e a liberdade. Porém, a promoção da paz deve ser responsabilidade de todos, não cabendo as demais instituições se eximirem dessa responsabilidade. Somente com o engajamento de toda sociedade estaremos caminhando em direção a um futuro mais justo. É a cultura da paz combatendo a cultura da violência. É o silêncio ganhando voz.

Palavras-chave: Educação; Bullying; Cultura; Violência; Dignidade Humana.

Keywords: Education; Bullying; Culture; Violence; Human Dignity.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Cortez, 1983.

BRANCO, Angela; FREIRE, Sandra; GONZALEZ, Alia. *Ética, desenvolvimento moral e cultura democrática no contexto escolar*. In: BRANCO, Angela; OLIVERA, Maria (Orgs.). **Diversidade e Cultura de Paz na Escola**: contribuições da perspectiva sociocultural. Porto Alegre. Editora Mediação. 2012. p. 21-49.

DIAS, Adelaide Alves. **A Escola Como Espaço de Socialização da Cultura em Direitos Humanos**. 2015. Artigo acessado em 11-2015 em www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh.